



FOTO: Karina Zambrana

Farmacêutico Francisco Batista Júnior, Presidente do CNS

De sonhos, lutas e fome de justiça social

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

■ Primeiro Presidente eleito do CNS (Conselho Nacional de Saúde), o farmacêutico Francisco Batista Júnior foi reconduzido ao cargo, em dezembro de 2007. Em entrevista à PHARMACIA BRASILEIRA, ele diz que a não inclusão dos serviços farmacêuticos nas estratégias de promoção à saúde é uma situação insustentável, que compromete diretamente a vida das pessoas.

No dia 13 de dezembro de 2007, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) reeleveu, em votação secreta, o farmacêutico Francisco Batista Júnior para a Presidência do órgão. A recondução ao cargo foi uma manifestação do Pleno à gestão positiva do Dr. Júnior à frente do órgão que, com a legitimidade que possui, vem, democraticamente e com sabedoria, na dianteira do necessário debate que visa a promover as transformações no SUS (Sistema Único de Saúde) tão aguardadas pela sociedade.

Francisco Júnior nasceu, em Pau-dos-Ferros (RN), e se graduou em Farmácia, com especialização em Indústria, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É pós-graduado em Tecnologia e Controle de Qualidade de Medicamentos (Áreas de Concentração) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como farmacêutico (concursado) do Hospital Giselda Trigueira, focado em doenças infecto-contagiosas. O hospital pertence à Secretaria de Saúde norte-rio-grandense. Foi fiscal do exercício profissional do Conselho Regional de Farmácia potiguar, dirigiu o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e a Central Única dos Trabalhadores do seu Estado. No Rio Grande do Norte, construiu a sua carreira, toda ela marcada pela busca, intransigente e sem trégua, por justiça social. Homem de debates, tem uma visão aguda das questões sociais e sanitárias brasileiras, pelas quais luta, incansavelmente.

Perguntamos-lhe por que os governos não pa-

recem sensibilizar-se para a necessidade de incluir os serviços farmacêuticos nas estratégias de promoção à saúde? A sua resposta foi taxativa: “Temos um sistema equivocados, que é voltado para o tratamento da doença, o atendimento nos hospitais, a realização de exames de alta complexidade e o uso do medicamento como instrumento de lucro fácil, pautado em uma cultura que supervaloriza a atuação do médico e subdimensiona e desvaloriza a atuação da equipe multiprofissional. Como consequência, temos o uso do medicamento com quase nenhum acompanhamento profissional, o que gera gastos exorbitantes da população e dos governos, e um quadro grave, sob o ponto de vista da saúde, caracterizado por resistência bacteriana, re-internações hospitalares e um terço das intoxicações notificadas, no País, devido ao uso inadequado dos medicamentos. Isso demonstra, no mínimo, uma ignorância inaceitável por parte daqueles que têm o poder de definir as políticas de saúde”.

E acrescentou: “É uma situação insustentável, que compromete diretamente a vida das pessoas e exige uma alteração de rota, a partir de um processo de educação, formação e convencimento, com o farmacêutico cumprindo um papel central nesse debate e a população usuária sendo o aliado estratégico”. O Presidente do Conselho Nacional de Saúde fala de outros assuntos nesta entrevista à PHARMACIA BRASILEIRA. **Veja a entrevista.**

PHARMACIA BRASILEIRA -

Dr. Francisco Júnior, um grande desafio enfrentado pelos gestores públicos, hoje, é o de fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde), mantendo os princípios da universalidade e integralidade no acesso aos serviços e aos medicamentos que ele oferece. Por onde começar a enfrentar esse desafio?

Dr. Francisco Batista Júnior

- No seu curto tempo de vida, o SUS já se afirmou como a maior conquista da história recente do povo brasileiro. Grande parte do

avanço na qualidade de vida da população deve-se ao SUS e às suas mais variadas ações. O sistema enfrenta, no entanto, algumas dificuldades, em consequência de distorções que não foram corretamente equacionadas, como é o caso da assistência farmacêutica.

Apesar de algumas ações pontuais, e exatamente por serem pontuais, o medicamento continua sendo encarado, no Brasil, como uma mercadoria qualquer, os estabelecimentos farmacêuticos como meros estabelecimentos comerciais e a ação profissional

do farmacêutico desconhecida e subdimensionada.

Necessitamos de uma forte atuação política e conjugada dos organismos institucionais – as três esferas de Governo, os Conselhos de fiscalização do exercício profissional (Federal e Regionais) e as Entidades de Classe – para, juntamente com os Conselhos de Saúde e o movimento social, potencializarmos o grande debate que está em curso, no nosso País, e que tem como objetivo transformar o medicamento num bem necessário à nossa saúde e os es-

“Grande parte do avanço na qualidade de vida da população deve-se ao SUS e às suas mais variadas ações. O sistema enfrenta, no entanto, algumas dificuldades, em consequência de distorções que não foram corretamente equacionadas, como é o caso da assistência farmacêutica”

(Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do CNS)

tabelecimentos farmacêuticos em postos avançados de saúde.

Concomitantemente, temos a tarefa de promover o profissional farmacêutico como ator fundamental e estratégico na definição da Política Farmacêutica, do perfil sócio-epidemiológico e da consequente definição da necessidade farmacêutica sintonizada com esse perfil, em cada Município e em cada Estado da Federação, bem como no guardião inquestionável do correto uso do medicamento e da garantia plena da integridade física e mental dos usuários de medicamentos.

PHARMACIA BRASILEIRA -

A implantação do pacto de gestão, com a definição das responsabilidades de cada uma das esferas e o seu respectivo cumprimento, é um grande problema a ser enfrentado na organização do SUS? Onde estão pontuados os maiores obstáculos para se pactuar?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Os Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão estão entre os instrumentos mais importantes já elaborados e aprovados no Sistema Único de Saúde. Apontam para uma nova forma de financiamento pautada no cumprimento de metas e não no pagamento por procedimentos; para a priorização da regionalização como forma de superar

limitações existentes, resultado das profundas desigualdades e realidades diferenciadas, nos Municípios, Estados e regiões; para o estabelecimento da hierarquização dos serviços na rede, sempre com a participação dos Conselhos de Saúde, termos de compromisso e acompanhamento e fiscalização do cumprimento ou não das metas estabelecidas.

Exatamente por apontar para o enfrentamento da não-responsabilização, que infelizmente tem sido uma regra pelo País afora, encara dificuldades para a sua implementação, motivo pelo qual é necessária a participação mais efetiva dos diversos atores que constroem o SUS, particularmente, dos Conselhos de Saúde. Compreendemos ser este tema uma das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde.

PHARMACIA BRASILEIRA -

Falta de recursos para o custeio ou falta de gestão: qual é o maior problema enfrentado pelo SUS?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Tanto a falta de recursos, quanto as dificuldades de gestão são graves problemas ainda a enfrentar. Comparativamente aos demais países do mundo, nós nos situamos entre os que menos gastam com saúde e temos, por outro lado, distorções gravíssimas na

gestão do sistema e na gerência dos serviços.

Óbvio que gastar muito não significa necessariamente um sistema democrático e eficiente. Os Estados Unidos da América constituem o País que mais recursos gastam com saúde, no mundo, e têm um dos sistemas mais excludentes, exatamente pelo fato de tratar a saúde como um grande comércio, um grande mercado, um grande negócio. E está provado: saúde é absolutamente incompatível com mercado e com negócio.

Por outro lado, no Brasil, temos um sistema que prioriza o tratamento da doença, ao invés de preveni-la, o que o torna muito mais dispendioso e oneroso economicamente e uma gestão e gerência cuja norma, com honrosas exceções, é o loteamento do Estado por grupos e corporações organizadas que utilizam o sistema para atender aos seus interesses políticos e pessoais. Dessa maneira, podemos considerar o SUS um sobrevivente que tem resistido bravamente, de forma heróica, a serviço da população brasileira.

PHARMACIA BRASILEIRA -

A Portaria 698/06 assegurava recursos federais para o financiamento da organização dos serviços farmacêuticos, dentro da atenção básica pública. Com a sua revogação e substituição pela Portaria 204/07, esses recursos tornaram-se apenas parcialmente contemplados e sequer foram definidos. Sem a efetiva participação do Ministério da Saúde, é possível, dentro do pacto de gestão, os Municípios organizarem os serviços farmacêuticos?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Não, não é possível. A questão do medicamento e da assistência farmacêutica no SUS é uma das mais difíceis de enfrentar, por envolver características culturais e políticas



FOTO: Kairina Zambrana.

consideráveis. A irresponsabilidade e, diria mais, a forma criminosa como o medicamento é tratado, no Brasil, exige uma ação ampla, geral e que tenha como elementos norteadores a mudança de nossa cultura e a definição de uma nova legislação a ser aprovada, no Congresso Nacional, o que exige conseqüentemente uma atuação preponderante do Ministério da Saúde na definição de regras, na regulamentação e na fiscalização e acompanhamento.

PHARMACIA BRASILEIRA -

O Conselho Nacional de Saúde posicionou-se contrário à proposta do Executivo de criação da Fundação Estatal. Por quê?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Primeiro, porque Fundação, no Brasil, foi e continua sendo um dos campos mais férteis para a corrupção, a utilização político-partidária e o loteamento do Estado pelos grupos organizados. Segundo, porque as dificuldades de gestão do SUS não são tão simples quanto tentam deixar transparecer os defensores da proposta, e têm relação direta com outros dilemas colocados como o modelo de atenção, a relação público-

privado, o fortalecimento da rede pública estatal e de uma gestão do trabalho que valorize a atuação da equipe multiprofissional.

Além de não enfrentar nenhuma dessas questões, a proposta de Fundação Estatal aprofunda as distorções de remuneração e de relação de trabalho que, hoje, existem, através de um nefasto processo de mercantilização do trabalho que aponta para o favorecimento e privilégio de uma minoria, em detrimento da grande massa de trabalhadores da saúde.

Ao acabar com a estabilidade dos trabalhadores, inviabiliza total e definitivamente a possibilidade do vínculo efetivo e afetivo, inclusive entre o trabalhador, o serviço e o cliente, elo fundamental para a garantia da qualidade do atendimento.

No mais, já temos, na atual legislação, todo um leque de alternativas que defendemos e que aponta para a profissionalização da gestão e da gerência dos serviços, bem como para a valorização da equipe multiprofissional, com estímulo à qualificação, interiorização e dedicação exclusiva ao serviço público, bandeiras que defendemos, incondicionalmente.

PHARMACIA BRASILEIRA -

Presidente, os benefícios para a população dos serviços farmacêuticos (entre eles, a atenção farmacêutica) organizados dentro da atenção básica pública são uma verdade inquestionável. Por que os governos não parecem tão sensibilizados para a inclusão dos serviços farmacêuticos nas estratégias de promoção à saúde?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Inicialmente, temos um sistema equivocado, que é voltado para o tratamento da doença, atendimento nos hospitais, realização de exames de alta complexidade

e uso do medicamento como instrumento de lucro fácil, pautado em uma cultura que supervaloriza a atuação do médico e sub-dimensiona e desvaloriza a atuação da equipe multiprofissional.

Como conseqüência, temos o uso do medicamento com quase nenhum acompanhamento profissional, o que tem gerado gastos exorbitantes da população e dos governos e um quadro grave, sob o ponto de vista da saúde, caracterizado por resistência bacteriana, reinternações hospitalares e um terço das intoxicações notificadas, no País, devido ao uso inadequado dos medicamentos. Isso demonstra, no mínimo, uma ignorância inaceitável por parte daqueles que têm o poder de definir as políticas de saúde.

É uma situação insustentável, que compromete diretamente a vida das pessoas e exige uma alteração de rota, a partir de um processo de educação, formação e convencimento, com o farmacêutico cumprindo um papel central nesse debate e a população usuária sendo o aliado estratégico.

PHARMACIA BRASILEIRA -

Um dos motivos dos crescentes prejuízos envolvendo medicamentos, no Brasil (exemplos são a perda de produtos por vencimento da validade, a não adesão ao tratamento, a má armazenagem, a utilização incorreta por falta de orientação e gestão adequadas etc.), é a falta de organização dos serviços farmacêuticos no sistema público. Como reverter essa realidade, num curto espaço de tempo?

Dr. Francisco Batista Júnior

- O sub-dimensionamento, o desconhecimento e a desvalorização da ação do farmacêutico por parte dos gestores exige do profissional e dos seus órgãos e entidades de classe um longo e aprofundado trabalho que aponte para o con-

vencimento da necessidade do profissional, em todos os momentos da assistência farmacêutica. Desde a participação do farmacêutico na produção do medicamento, na definição do perfil sócio-epidemiológico, na seleção e aquisição dos medicamentos sintonizada com esse perfil diagnosticado, no correto acondicionamento e distribuição, até o trabalho na ponta, no exercício da correta dispensação e da efetiva atenção farmacêutica.

Temos a tarefa de, por intermédio da educação permanente, convencer os gestores e a população usuária do papel fundamental e estratégico do farmacêutico na racionalidade dos custos, na correta conservação e utilização do produto e finalmente na garantia da saúde do usuário. É o nosso grande desafio e que significa, na prática, a possibilidade de termos uma adequada atuação profissional com todos os benefícios que daí podem advir para a população.

PHARMACIA BRASILEIRA -

Está claro que só uma aliança entre gestores, trabalhadores e sociedade resultará na consolidação do SUS. O sistema é uma conquista da sociedade, através da Constituição de 1988. Fale dessa aliança, explicando em que fase ela se encontra.

Dr. Francisco Batista Júnior

- Essa aliança traduzida, no meu entendimento, principalmente na atuação dos Conselhos de Saúde, é um penoso processo de construção daquilo que denominamos democracia participativa. Não é pouca coisa. Não é tarefa fácil. Somos uma sociedade autoritária, com o poder fortemente concentrado e com enormes dificuldades no exercício da participação social.

Tivemos um primeiro importante momento, quando da aprovação da Lei Orgânica do SUS,

“Não haverá transformação significativa no SUS, se o papel do farmacêutico não for desempenhado em toda a sua plenitude. É, portanto, uma responsabilidade que todos os profissionais devem chamar para si, até porque disso depende a própria afirmação do nosso exercício profissional”.

(Dr. Francisco Júnior, Presidente do CNS)

em 1990, momento de ebulição motivado pela necessidade legal de criação dos Conselhos de Saúde, nos Municípios e Estados. Um segundo momento de forte mobilização, em meados da década passada, significou a aprovação da Emenda Constitucional 29, que define o financiamento do SUS.

Entre 1998 e 2002, houve um retrocesso brutal, que significou não somente o desmantelamento de grande parte dos Conselhos de Saúde, mas um prejuízo enorme para o SUS, com o aprofundamento de políticas equivocadas. A partir de 2003, teve início a retomada da organização, mobilização, fortalecimento e democratização do controle social, que tem no Conselho Nacional de Saúde a sua grande referência, um Conselho reestruturado, ampliado e radicalmente democratizado.

O melhor produto desse momento, sem dúvida, foi a realização da maior Conferência Nacional de Saúde, a 13ª, que aconteceu recentemente, em Brasília, com a participação de mais de 4.300 Municípios e de todos os Estados da Federação.

PHARMACIA BRASILEIRA -

O que acha do modelo de farmácias comunitárias, no Brasil? O Conselho Federal de Farmácia defende a mudança do modelo, alegando que ele é mercantilista e, por isso, transformou farmácias e drogarias em mercearias, e

o medicamento (sem a orientação do farmacêutico, já que muitos estabelecimentos não mantêm o profissional presente), em simples mercadoria.

Dr. Francisco Batista Júnior

- Toda e qualquer proposta que sinalize para a ampliação do acesso ao medicamento pela população, sem que se garanta a participação efetiva do profissional farmacêutico na aquisição, acondicionamento, dispensação, acolhimento, orientação e acompanhamento, significa aprofundamento de um quadro que põe em risco a vida das pessoas e deve ser motivo de repúdio dos profissionais envolvidos e, principalmente, da população que necessita do uso correto do medicamento.

PHARMACIA BRASILEIRA -

O senhor pode falar da Consulta Pública 69 (ela define o que pode ser comercializado num estabelecimento farmacêutico privado e quais os serviços farmacêuticos que podem ser executados)? Qual a sua avaliação sobre as propostas da Anvisa nesse seu regulamento?

Dr. Francisco Batista Júnior

- No Conselho Nacional de Saúde, temos uma relação muito próxima com a Anvisa e acompanhamos, de perto, as medidas que a Agência tem debatido e implementado. Dessa forma, percebemos, nessas ações, movimentos importantes

que buscam o debate a respeito do medicamento e do seu comércio, no Brasil, o que entendemos bastante oportuno e necessário.

O comércio de medicamentos, no Brasil, chegou a uma situação insustentável. Os estabelecimentos farmacêuticos vendem quase tudo, os medicamentos são submetidos a quase nenhum controle, sendo expostos e divulgados, livremente. As pessoas têm a impressão de que o medicamento é uma mercadoria qualquer, que pode ser adquirida livremente em gôndolas de supermercados ou mesmo através de um pedido por telefone ou pela Internet. A farmácia/drogaria acaba reconhecida e atuando como um comércio qualquer, mesmo aprofundando consideravelmente os riscos para a população que necessita recorrer aos seus serviços.

Por isso, a Consulta Pública 69 abre um debate vital para esse setor, inclusive com a possibilidade de, num passo inicial, viabilizar o estabelecimento farmacêutico como local de exercício da saúde, motivo pelo qual percebemos tanta resistência dos setores que, sintonizados com a realidade que vivemos e lucrando bastante financeiramente com ela, fazem fortes movimentos para tentar inviabilizar a proposta.

Embora já encerrado o prazo da Consulta, entendo que devemos pautar o tema no Conselho Nacional de Saúde para aprofundar e ajudar nesse debate, aperfeiçoando alguns aspectos que necessitem de melhor encaminhamento.

PHARMACIA BRASILEIRA -

A saúde pode prescindir da CPMF?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Não. A população brasileira não pode prescindir absolutamente de nenhuma rubrica que signifique aporte de recursos financeiros para

o SUS. Independente do debate conceitual da CPMF, que podemos fazer com tranqüilidade, temos um financiamento inadequado e insuficiente e que precisa ser aperfeiçoado na perspectiva de termos efetivas condições de viabilizar o sistema em sua plenitude.

PHARMACIA BRASILEIRA -

O setor de saúde passa por um "ajuste de rota", por um profundo repensar. O que significa tudo isso e em que vai dar esse processo de reformulação?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Significa inverter o modelo de atenção, passando a priorizar a prevenção de doenças e a promoção da saúde; superar o conservador modelo medicocêntrico, a partir da valorização da atuação da equipe multiprofissional integrada; desprivatizar o sistema com a reestruturação e fortalecimento da rede pública estatal; fortalecer os Conselhos de Saúde, em todas as esferas de governo, de modo a democratizar e legitimar as políticas; por fim, significa superar a lógica da precarização e da mercantilização do trabalho, por meio de um plano único de cargos, carreiras e salários do SUS, que contemple a isonomia salarial por nível de escolaridade e estímulo e valorização à qualificação, interiorização e dedicação exclusiva, além da definição de saúde como carreira de Estado.

PHARMACIA BRASILEIRA -

Qual a responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde no contexto dessa transformação da saúde?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Uma responsabilidade incomensurável. Pela representatividade que ostenta, o Conselho Nacional de Saúde tem não somente todas as condições de liderar esse debate, mas também de promover

o verniz de legitimidade necessário ao leque de transformações a serem realizadas, com vistas à obtenção dos resultados esperados pela população brasileira.

PHARMACIA BRASILEIRA -

E qual o papel do farmacêutico nesse mesmo contexto?

Dr. Francisco Batista Júnior

- Um dos papéis mais estratégicos. Por ser responsável direto por um dos temas centrais, no SUS (o medicamento e a assistência farmacêutica, em toda a sua extensão), não haverá transformação significativa, no Sistema, se o papel do farmacêutico não for desempenhado em toda a sua plenitude. É, portanto, uma responsabilidade que todos os profissionais farmacêuticos devem chamar para si, até porque disso depende a própria afirmação do nosso exercício profissional.

PHARMACIA BRASILEIRA -

O que acha das propostas encaminhadas pelos farmacêuticos à XIII Conferência Nacional de Saúde?

Dr. Francisco Batista Júnior

- São propostas que, apesar de serem vistas por alguns como de cunho corporativista, o que sempre acontece em situações semelhantes com qualquer profissional, corretas e sintonizadas totalmente com as necessidades da população na nossa área, estando, portanto, acima dos interesses individuais.

Os farmacêuticos têm ampliado consideravelmente a sua participação nos Conselhos e nas Conferências de Saúde. Mais ainda: onde o farmacêutico tem essa atuação, percebemos a inserção do tema da assistência farmacêutica com mais qualidade e resolutividade, o que comprova, na prática, a sua importância na defesa da vida das pessoas.